



## Um Pequeno Grande Livro

*Ao defender o retorno aos princípios liberais e democráticos do governo limitado, comércio livre e livre empreendimento, Hayek bateu-se também pela redescoberta das chamadas “virtudes burguesas”, que tinham estado na base da Inglaterra liberal: “a independência, a iniciativa individual, a responsabilidade, o respeito pelos costumes e as tradições, a saudável desconfiança em relação ao poder e à autoridade.”*

**E**ste é realmente um pequeno grande livro. A sua pequena dimensão esconde uma obra poderosa, energética, contagiante, que teve uma poderosíssima influência à escala mundial. Em todas as listas dos livros mais influentes no século XX, está *The Road to Serfdom* de Friedrich August von Hayek. Tal como *The Open Society and Its Enemies*, de Karl Popper, este livro de Hayek foi traduzido em todas as línguas do planeta. A edição em língua inglesa, que esgotou em poucas semanas nos EUA, quando foi inicialmente publicada em 1944, foi imediatamente reeditada — e assim tem acontecido ininterruptamente até hoje. A versão em língua inglesa, que vendeu já milhões de exemplares, nunca esteve esgotada por muito tempo. Foi sempre rapidamente reeditada.

De que fala este livro? O que explica o seu êxito? Muitos críti-

cos menores de Hayek — e eles existem em número exorbitante — dirão que se trata de um manual do capitalismo selvagem, ou do que hoje é designado por neo-liberalismo. Eu gostaria de sustentar que essa opinião é insustentável após a leitura do livro. E digo-o com grande à vontade. Não sou propriamente um “hayekiano”. Dediquei a minha tese de doutoramento em Oxford a uma análise crítica de Hayek [bem como do meu amigo trabalhista Lord (Raymond) Plant], e julgo ter apresentado algumas críticas contundentes a Hayek (bem como, espero, a Plant). Mas nunca me passaria pela cabeça, após ter lido e estudado este livro, dizer que *O Caminho para a Servidão* é uma defesa do capitalismo selvagem. Aliás, John Maynard Keynes, que discordou vigorosamente de Hayek em tantos aspectos importantes, saudou a publicação deste livro como um sério

contributo para a defesa da liberdade — embora discordasse de vários pontos de vista nele apresentados.

O *Caminho para a Servidão* é uma defesa apaixonada, veemente e inspiradora, da civilização ocidental da liberdade e responsabilidade pessoal. Essa civilização foi tragicamente ameaçada no século XX por dois totalitarismos aparentemente rivais: o nacional-socialismo e o comunismo. Hayek denuncia-os a ambos vigorosamente e insiste em algo muito importante: os dois totalitarismos partilham uma origem ideológica comum. O nacional-socialismo não foi uma “reação capitalista” contra o comunismo. Nada havia de “capitalista” no nazismo alemão. O seu partido denominava-se, não por engano nem por acaso, “partido nacional-socialista dos trabalhadores alemães”. Aquilo que o aproximava do comunismo era precisamente a comum hostilidade ao chamado “capitalismo”. O que o afastava do comunismo era o facto de o anti-capitalismo comunista reclamar uma natureza internacionalista, enquanto que o nacional-socialismo nazi, como o nome explicitamente indicava, se reclamava do nacionalismo.

Ter-se-á tratado de um acidente semântico que ambos os partidos — nazi e comunista — se tenham reclamado de uma postura anti-capitalista? Hayek veementemente explica neste livro que não se tratou de um acidente. Mas também não foi uma conspiração. A emergência do nazismo e do comunismo não foi produto de conspirações. Foi resultado de uma longa maturação de ideias reacconárias e revolucionárias que, vindas da direita e da esquerda no século XIX, convergiram numa explosão de ódio à liberdade no século XX.

Este ódio à liberdade pôde crescer sem grande oposição, no continente europeu, porque o ideal da liberdade tinha sido gradualmente desacreditado por ideais anti-liberais que começaram a crescer no século XIX. Essas ideias ocuparam, nas mentes e corações de muitos homens de boa vontade, o lugar antes ocupado pelos ideais de liberdade e responsabilidade pessoal. Por isso, quando o barbarismo nazi e comunista começou a crescer, muitas pessoas honestas não sabiam como lhes fazer frente. Elas já estavam contaminadas pela descrença nos ideais da liberdade. Elas já estavam contaminadas pela crença na superioridade do “planeamento”, na inevitabilidade histórica da “organização social centralizada”, na obsolescência da propriedade privada e dos regimes parlamentares, enfim, elas já estavam contaminadas pela crença na falência dos direitos das pessoas individuais.

É por este motivo que Hayek dedicou este livro “Aos socialistas de todos os partidos”. Trata-se de uma dedicatória genuína. Hayek acreditou até ao fim da vida na força das ideias e dos ideais. E escreveu para os socialistas de todos os partidos para lhes fazer ver que os seus ideais de liberdade e igualdade não eram em última análise compatíveis com a preservação da liberdade. Em particular, ele antevia que as lições da II Guerra Mundial iam ser mal entendidas no pós-guerra. E a mais gritante expressão desse mal entendido terá sido a derrota eleitoral de Churchill em 1945, depois de ter vencido a guerra. Winston Churchill aliás citou este livro de Hayek na sua campanha eleitoral de 1945 (o que talvez não tenha sido a melhor tática eleitoral). Ambos queriam opor-se ao crescimento do controlo governamental sobre a vida social, civil e económica das nossas sociedades livres.

A referência a Winston Churchill é muito adequada neste

particular, a mais do que um título. Se há algo que considero verdadeiramente tocante neste livro de Hayek, é sem dúvida a sua profunda e sincera admiração pela tradição política e cultural inglesa. Até meados-finais do século XIX, a admiração pela livre Inglaterra era timbre das pessoas educadas. Podiam estar mais à direita ou mais à esquerda, podiam ser mais conservadoras ou mais progressistas, mas em regra partilhavam uma genuína admiração pela tradição inglesa de liberdade ordeira, de evolução gradual, de alergia aos extremismos, de sentido voluntário do dever. Esta admiração foi sendo minada pelo crescimento das ideologias anti-liberais, anti-parlamentares e anti-“capitalistas”, da direita e da esquerda. Hayek viu-as crescer na sua Áustria natal e pressentiu o desastre. Exilado na sua amada Inglaterra, adoptou a cidadania britânica e nunca se cansou de tentar entender as tradições inglesas — mesmo depois de ter ido viver e ensinar para a América.

Foi em Inglaterra que Hayek consolidou o seu entendimento das sociedades livres. Contrariamente à visão corrente sobre o chamado capitalismo — quer entre os seus críticos, quer entre muitos dos seus defensores — Hayek não via as economias de mercado como moralmente neutras ou como fundadas no egoísmo. Ele acreditava que as economias de mercado estavam associadas a uma mundovisão cujas origens remontam às raízes da civilização ocidental, à cultura clássica de Atenas e Roma, bem como à tradição judaico-cristã. Ao defender o retorno aos princípios liberais e democráticos do governo limitado, comércio livre e livre empreendimento, Hayek bateu-se também pela redescoberta das chamadas “virtudes burguesas”, que tinham estado na base da Inglaterra liberal: “a independência, a iniciativa individual, a responsabilidade, o respeito pelos costumes e as tradições, a saudável desconfiança em relação ao poder e à autoridade.”



Friedrich August von Hayek morreu a 23 de Março de 1992, na sua residência de Freiburg, com 92 anos de idade. Dois dias depois, os cinco diários britânicos não tablóides dedicaram-lhe largas homenagens. Dois deles, o *Times* e o *Daily Telegraph*, escreveram editoriais em sua memória. O Reino Unido tentava assim fazer justiça ao intelectual nascido austríaco que escolhera a cidadania britânica em 1938 e que a mantivera até à morte — apesar de ter vivido e ensinado em Chicago entre 1950 e 1962 e de residir em Freiburg, onde também ensinara, desde a década de 1960.

A figura e a obra de Friedrich Hayek estão associadas a todas as principais encruzilhadas intelectuais do século XX. Mas a maior parte da sua vida foi rodeada pela hostilidade da opinião dominante: ousou enfrentar Keynes quando os economistas começavam a converter-se ao keynesianismo; demonstrou a impossibilidade da planificação central quando esta parecia poder substituir com vantagem as economias de mercado; chamou Karl Popper para a London School of Economics, em 1946, quando este foi ostracizado pela influência marxista dominante; fundou em 1947 a Sociedade de Mont Pelerin, um clube de liberais então marginalizados, em que hoje dominam os prémios Nobel da Economia. Ele próprio acabaria por receber o Nobel da Economia em 1974, uma espécie de sintoma



de que as suas ideias estavam finalmente a merecer reconhecimento. Na década de 1980, Ronald Reagan e Margaret Thatcher reclamaram a sua doutrina como inspiração das políticas que praticavam. E, em 1991, o Presidente George Bush (pai) conferiu-lhe a Medalha da Liberdade. Mas Hayek nunca se envolveu directamente na acção política.

*The Road to Serfdom*, publicado em Londres e Nova Iorque em 1944, foi o livro que celebrou Hayek aos olhos da opinião pública. Mas a sua produção intelectual continuou e deu origem a várias outras obras marcantes e inspiradoras.

Em 1960, Hayek publica *The Constitution of Liberty*. Destinado a apresentar os princípios fundamentais de uma ordem liberal, o livro adquiriu hoje o estatuto de um clássico da filosofia política. Em meu entender, ele é particularmente importante pela definição e a justificação da liberdade, bem como pela reformulação da clássica associação liberal entre a liberdade e o primado da lei.

A definição hayekiana de liberdade — tal como a dos liberais clássicos — é negativa: ausência de coerção por terceiros. Ela deve ser distinguida da concepção positiva que vê a liberdade como capacidade ou poder de um indivíduo para fazer o que deseja. Um dos motivos para recusar a concepção positiva consiste em observar que ela conduziria à conclusão paradoxal de que um indivíduo seria mais livre à medida que desejasse fazer menos coisas.

Hayek sustenta que a liberdade é não só o primeiro valor como a fonte e a condição da maioria dos outros valores morais. A liberdade é o primeiro valor porque, em primeiro lugar, é a condição para que cada indivíduo possa assumir a sua capacidade humana de pensar e avaliar, de escolher os seus próprios fins, em vez de ser apenas um meio para outros atingirem os seus fins. Em segundo lugar, porque sabemos pouco: só um amplo campo de experimentação — aberto a iniciativas individuais que são por princípio autorizadas, independentemente da concordância da maioria — permite explorar o desconhecido e reduzir a nossa ignorância. Finalmente, a liberdade tem também um valor instrumental. Talvez pelas duas razões anteriores, só ela permite a criação da riqueza material que se tornou distintiva das civilizações que souberam preservá-la.

Este último aspecto constitui aliás a base da defesa inovadora do mercado livre que celebrou Hayek. Em vez de se circunscrever ao tradicional argumento da concorrência, Hayek defendeu o mercado como mecanismo de descoberta e inovação, pela sua capacidade única de tratamento de informação descentralizada entre milhões de indivíduos que utilizam o melhor dos seus conhecimentos para perseguir os seus próprios propósitos. Nenhum sistema centralizado conseguirá alguma vez lidar com uma quantidade de informação sequer comparável à que é a cada instante processada pelo mecanismo impessoal e descentralizado do mercado. Este é também um dos argumentos decisivos de Hayek contra as interferências governamentais no sistema de sinais — preços e salários — constitutivos do mercado livre. E foi o seu argumento decisivo para demonstrar a inviabilidade da planificação central.

Voltando à liberdade, Hayek reconhece obviamente que ela não pode ser ilimitada. A coerção

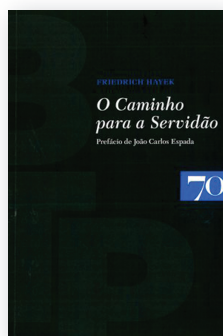
não pode ser totalmente abolida porque a arma decisiva para impedir a coerção é a ameaça de coerção contra aqueles que pretendem praticá-la ilegítimamente. A sociedade liberal decide então — por esse motivo, isto é, para proteger a sua liberdade — entregar o monopólio da coerção a um aparelho especial a que chamamos Estado. Mas, para impedir que o Estado abuse dos poderes limitados que lhe foram concedidos, os liberais submetem o Estado ao controlo das leis — designadamente da lei que veda ao Estado a detenção de outros monopólios.

As leis são então definidas por Hayek como regras gerais abstractas e iguais para todos, que devem ser distinguidas de comandos específicos. A ordem liberal é em primeiro lugar definida pelo governo das leis, por contraposição ao governo dos homens através de ordens de comando.

É aqui que Hayek lança o seu poderoso ataque contra o intervencionismo governamental. Visando atingir objectivos específicos — em vez de apenas consolidar um quadro legal estável, no interior do qual os indivíduos são livres de perseguir os seus objectivos —, o intervencionismo é incompatível com o primado da lei. Ele vai multiplicar medidas discricionárias com vista a promover objectivos a cada momento considerados desejáveis pela maioria. Dessa forma, acabará tratando os indivíduos de maneira diferente. Ora, a igualdade de tratamento pela lei, a igualdade perante a lei é condição primeira da liberdade. Hayek alerta contra as ditaduras democráticas, o poder discricionário aprovado por maioria, o qual, se não for controlado pela lei, dará origem à chamadas ditaduras electivas.

Na década de 1970, Hayek publica os três volumes de *Law, Legislation and Liberty* (respectivamente em 1973, 1976 e 1979), nos quais desenvolve a distinção crucial entre ordem espontânea e organização: enquanto na primeira os indivíduos apenas obedecem a regras gerais de boa conduta que são iguais para todos e independentes de propósitos particulares, numa organização os indivíduos estão integrados numa comunidade de propósitos e por isso obedecem a comandos específicos que visam atingir esses propósitos.

A sociedade liberal é uma ordem espontânea em que o bem comum consiste no acordo sobre a ausência da necessidade de acordo acerca dos propósitos de cada um. Os liberais não querem unificar os objectivos de vida de cada indivíduo, apenas exigem um acordo quanto aos meios, às regras de conduta, que permitem a cada um perseguir os seus propósitos sem prejudicar terceiros. Numa sociedade liberal, e em particular na inglesa com a sua tradição da common law, as leis são basicamente expressão de regras de boa conduta há muito enraizadas na opinião popular e que os juizes apenas interpretam e tornam expressas. Elas não podem ser criadas arbitrariamente com o desígnio de atingir objectivos particulares. Estas leis devem então ser distinguidas da legislação: esta inclui as medidas parcelares emitidas pelo Governo e pelo parlamento que devem apenas regular aqueles delimitados domínios colectivos em que o Governo é chamado a intervir. Esta distinção levará Hayek a propor a criação de duas câmaras nas democracias liberais: o parlamento tradicional, que deve apenas ocupar-se da legislação, deverá submeter-se a leis que ele próprio não pode alterar e que são as regras de boa conduta adoptadas



**O Caminho para a Servidão**  
Friedrich August  
von Hayek

por uma câmara alta, eleita por um processo democrático positivamente diferente do que elege o parlamento.

Segundo Hayek, a ideia de ordem espontânea regulada pela lei é também incompatível com o conceito de justiça social. Em primeiro lugar, o conceito não se aplica a um sistema de trocas livre, um jogo de talento e sorte, cujos resultados não são previsíveis nem intencionais. Em segundo lugar, numa sociedade pluralista nunca se chegaria a acordo quanto a um padrão único de distribuição que pudesse ser considerado justo. Em terceiro lugar, mesmo que tal padrão fosse acordado, ele nunca seria traduzível em regras gerais de boa conduta iguais para todos e cuja observância fosse por si só capaz de garantir os resultados considerados justos. Por este motivo, um padrão único de justiça social acarretaria necessariamente a destruição da ordem espontânea e a sua substituição por uma organização na qual um poder central teria de atribuir a cada um a sua parte do produto final. Além de infringir o princípio da liberdade e o da igualdade perante a lei, este sistema impediria os indivíduos de utilizar o melhor dos seus conhecimentos para atingir os seus próprios propósitos. Como tal, as sociedades regidas por um padrão comum de distribuição ou justiça social estão condenadas ao despotismo e à pobreza. Hayek aceita, no entanto, que as sociedades liberais têm um dever moral de socorrer os indivíduos que se encontram em situações de extrema pobreza, o que deve ser drasticamente distinguido da prossecução de um padrão de justiça social.

Em 1988, Hayek publicou *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*, o último livro da série política iniciada em 1944 com *The Road to Serfdom* e simultaneamente o primeiro dos 22 volumes previstos para a compilação da sua obra. Na minha opinião, este é o livro menos conseguido e também aquele em que a dimensão normativa do liberalismo dá lugar a uma visão funcionalista e instrumental da liberdade. Não por acaso, a obra foi recebida com particular entusiasmo pelos militantes do «hayekismo», designadamente aqueles que, na Europa de Leste, nunca conheceram outra realidade senão a da opressão comunista.

*The Fatal Conceit* é sobretudo dirigido contra aquilo a que Hayek chama, desde 1944, o construtivismo racionalista — uma tradição que remontaria ao iluminismo continental, por contraposição ao iluminismo escocês, e que consistiria basicamente em acreditar que a ordem social seria reorganizável de acordo com princípios deduzidos racionalmente a partir de axiomas alegadamente isentos de preconceitos.

Em *The Counter-Revolution of Science* (1952), Hayek produziu contributos valiosos para compreender os erros do «abuso da razão». Mas, em *The Fatal Conceit*, ele está sobretudo preocupado em fornecer uma regra, uma chave, ou talvez uma receita prática, para impedir os indivíduos de caírem na armadilha do construtivismo. Essa chave parece então residir na evolução espontânea de tradições cuja sobrevivência seria indicadora da sua validade. O mercado livre e o império da lei aparecem então simultaneamente como desejáveis e inevitáveis: a sua superioridade instrumental (para aumentar o bem-estar do maior número) levará inexoravelmente todas as sociedades a adoptá-las, copiando assim as tradições que outras sociedades mais sábias, ou talvez mais evoluídas, descobriram gradualmente e souberam preservar.



Em Janeiro de 1992, tive a honra inesperada de representar Karl Popper numa sessão de homenagem a Friedrich A. Hayek



que a American Economic Association organizou em Nova Orleães por altura do seu encontro anual. Por sugestão de Ralf Dahrendorf, contava visitar Hayek ainda no decorrer desse ano, se ele aceitasse discutir comigo o trabalho que tinha em preparação sobre a sua filosofia política (*Direitos Sociais de Cidadania: Uma Crítica a F. A. Hayek e Raymond Plant*, com Prefácio de Ralf Dahrendorf, 1995/1996). Essa possibilidade deixou de o ser. Resta-me dizer que não sou um seguidor integral da doutrina de Hayek, mas que admiro a sua obra e aprendi muito com ela. Descobri com Karl Popper que a principal mensagem de Hayek reside na importância crucial do império da lei, um ideal que decorre da exigência moral e do racionalismo crítico dos liberais tradicionais, e que visa o tratamento igualitário de todos os indivíduos. Dado que os indivíduos não são obviamente iguais, esta exigência normativa dos liberais tradicionais é evidentemente expressão da sua decisão moral de não aceitar os factos apenas como eles são. Ela decorre do idealismo liberal que aspira à máxima liberdade responsável de cada indivíduo, compatível com igual liberdade responsável para os outros. Foi esse ideal que levou Hayek a enfrentar a incompreensão geral e a trabalhar arduamente pelo renascimento da ideia liberal.



O livro que o leitor agora tem nas suas mãos constitui um marco decisivo dessa batalha intelectual de Friedrich August von Hayek. A primeira edição portuguesa ocorreu em 1977, por iniciativa do saudoso Orlando Vitorino, que assegurou a revisão da tradução de Maria Ivone Serrão de Moura — e trouxe Hayek a Portugal para o lançamento do livro, no Grémio Literário. À editora Almedina/Edições 70, agradeço o honroso convite para escrever este prefácio e, acima de tudo, a nobre iniciativa de tornar este *pequeno grande livro* de novo acessível ao leitor português. ●

Monte Estoril, Outubro de 2008